

UM PANORAMA DO DEBATE SOBRE A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NA AMÉRICA LATINA. SAINDO DAS TREVAS.**

Frederico Jayme Katz*

Resumo: O autor afirma que atravessamos um período em que o tema do desenvolvimento do capitalismo na periferia enfrenta muitas dúvidas e incertezas, que se refletem em fortes oscilações no volume das discussões e da produção acadêmica pertinente. Colhe então observações de movimentos similares em outras áreas das ciências sociais, concluindo que se trata de um fenômeno amplo, ao qual adiciona novas explicações. Conjectura que estaríamos na primeira fase de um novo ciclo longo, do tipo do de Polanyi, e que a mudança no paradigma tecnológico forneceria os principais elementos para o seu entendimento. Em um exercício de HPE, percorre quase meio século através da análise dos principais posicionamentos sobre o tema. Mostra que há grande recorrência, em termos de conceitos e argumentos. Isto reforça o entendimento de que há elementos cíclicos em operação. A abordagem utilizada acompanha a evolução das teorias a partir de diversos posicionamentos, representativos de um espectro político/ideológico, no qual inclui uma posição, construída, que representaria as aspirações dos excluídos.

I – INTRODUÇÃO.

Durante alguns meses, no ano de 2000, fizemos uma revisão da literatura referente ao processo de desenvolvimento do capitalismo na América Latina (AL), e na periferia em geral, preparando palestra apresentada em evento em agosto daquele ano. À medida que avançávamos no estudo, dois pontos foram se tornando muito claros. Os mesmos dizem respeito às mais importantes vertentes interpretativas do tema e teriam se manifestado nos últimos dez anos ou pouco mais. O primeiro é que atravessamos uma fase onde há muita dificuldade em interpretar este processo e, ainda mais, em desenvolver exercícios prospectivos, para nem falar na apresentação de sugestões para superação de impasses. O outro ponto, em parte consequência do primeiro, é que houve uma visível oscilação no volume da produção acadêmica pertinente. Esta, que já foi de grande volume no passado, tornou-se vasqueira por certo tempo e, mais recentemente, começa a retomar dimensão. Este trabalho é uma reflexão acerca destas observações, acompanhada de uma tentativa de explicação e de mais alguns desdobramentos.

A explicação que formamos para estes fenômenos pode ser apresentada, inicialmente, através de um paralelo, algo funesto, más de bom efeito simbólico. É como se, desgraçadamente, houvesse ocorrido uma generalizada guerra atômica e estivéssemos, infelizes sobreviventes, atravessando o que se convencionou chamar de escuridão do ‘inverno nuclear’. Além de todos os desastres, estaríamos também com a visibilidade, seja através do espaço ou do tempo, diminuída. Parece-nos, que esta fase de ‘grande transformação’ que atravessamos trouxe efeitos sobre a nitidez, que seriam similares aos de uma hecatombe atômica. Seu paroxismo situa-se no tempo entre o início da década dos 80 e os

* Consultor do Núcleo de Estudos Para a América Latina (NEAL)/ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Agradeço aos meus colegas da UNICAP, Abraham Sicsú, Alfredo Moraes, David Rosenthal e Pe. Paulo Meneses, assim como a Adriano Batista Dias da FUNDAJ, pela paciência durante as enriquecedoras discussões que mantivemos. Por certo, a responsabilidade por todas as falhas contidas no trabalho é, exclusivamente, minha.

** Texto publicado nos Anais do Encontro da Sociedade de Economia Política em 2001.

primeiros anos da dos 90. A débacle do socialismo do leste europeu e a globalização são ondas de choque, ou resultados das ondas de choque, produzidas pelo mesmo fenômeno. Nosso entendimento é que esta ‘grande transformação’ está sendo movida pelas importantes mudanças em curso, decorrentes da implantação, quase simultânea, de um vasto conjunto de inovações tecnológicas ¹.

No que diz respeito a visibilidade, devemos registrar que esta situação já começou a melhorar, pois, passados uns poucos anos do apogeu do impacto, os ventos, e a vida, principiam a, progressivamente, dissipar o que seria a névoa, permitindo-nos começar a enxergar melhor. Já se distinguem algumas silhuetas identificáveis a distância. Por outro lado, o conhecimento que temos dos desdobramentos nos ‘days after’, e ‘years after’, de movimentos semelhantes do passado, também fornecem elementos, pelo menos de natureza sugestiva, que podem colaborar para inspirar a análise. Estamos aqui nos referindo ao recurso à ciência mãe, a História.

Um primeiro objetivo deste texto é, então, registrar o que interpretamos como sendo uma passagem de uma fase de luzes para uma idade das trevas e o surgimento, já, de sinais de um Neo-Renascentismo ². Naturalmente, é muito mais fácil demonstrar a existência do estúpido, do que indicar os possíveis rumos. Não temos nenhuma pretensão de estar fazendo o enfrentamento do segundo desafio de forma completa e acabada aqui, até porque, entendemos que esta complexa tarefa só será atingida pela produção intelectual coletiva e apoiada nos benefícios da passagem do tempo. Neste texto nosso esforço é no sentido de colaborar para fortalecer a compreensão da história da humanidade como um processo que apresenta, continuamente, ciclos de variadas naturezas e durações e que não chegou a um fim.

O trabalho está organizado em seis seções. Na seguinte, discutiremos algumas das características da abordagem que adotamos. Na Seção III sumarizamos as linhas de interpretação da questão do desenvolvimento do capitalismo na periferia, que dominavam o debate até os anos 90. Constatamos que a nitidez permitia a elaboração de análises e previsões assentadas em fortes sentimentos de confiança. Esta seção estaria dirigida no sentido de encaminhar outra tentativa de colaboração. Pois, se nossa conjectura, imaginar que estamos trilhando uma GT II, tiver fundamento, alguns elementos destas argumentações do passado, devidamente criticadas, poderão fazer uma

¹ Uma referência se faz necessária. Estamos utilizando uma expressão que pode, e deve, ser associada ao trabalho de Polanyi, “A Grande Transformação”. Uma primeira razão é que a mesma, tomada ‘ao pé da letra’, traduz muito bem o que pensamos que esteja acontecendo. No entanto, mais importante é registrar a influência deste trabalho em alguns de nossos pensamentos. A rigor, porém, apesar de haver relações há distinções a serem ressaltadas. Polanyi, em seu brilhante estudo, analisa um período de cerca de cem anos de História Econômica, a partir do primeiro quarto do século XIX, ao longo do qual teria ocorrido a ascensão e queda da hegemonia da economia de livre mercado. Registra, de acordo com as palavras de MacIver na introdução a aquele trabalho, “la devastación social de un sistema sin control: la economía de mercado” (Polanyi p.12), que teria ocorrido nas primeiras décadas do período analisado. Sua ‘Grande Transformação’ teria se completado, durante a primeira metade do século XX, com a perda de terreno do liberalismo e da auto-regulação, absoluta, dos mercados. O entendimento que temos é que estaríamos vivendo uma outra ‘Grande Transformação’, outro ‘Ciclo de Polanyi’ sendo que as dramáticas mudanças que temos assistido, e a globalização como um de seus resultados, teria semelhanças aos primeiros momentos da ‘Transformação’ de Polanyi. Por estas razões, referiremos a atualidade por GT II – Fase I. Há outros aspectos, que estão sendo desenvolvidos em outro trabalho, que distinguem nossa análise. O mais importante sendo que a mesma concede um papel central ao elemento tecnológico.

² Constatamos recentemente que o fenômeno que estamos nos referindo como ‘idade das trevas’ também se apresentou em outros debates. O artigo de Bárbara Epstein na Monthly Review de maio de 2001, analisa idêntico problema em relação ao movimento feminista. A autora refere-se a um declínio, mais ou menos na mesma época, na produção intelectual e na dinâmica dos movimentos ligados ao seu tema, assim como nos relacionados com a causa dos negros e dos direitos civis. Ao analisar as razões do declínio, refere-se a problemas específicos do seu movimento e ao avanço da onda Neoliberal. Concordamos com a autora, ressaltando que esta segunda causa está relacionada com a mudança paradigmática (tecnológica) a que nos referimos.

merecida reentrada em cena. Isto pode poupar, pelo menos, a reincidência em erros conhecidos³. A Seção IV trata do intervalo quando ocorreu um temporário enfraquecimento no fluxo das apresentações de algumas destas teorias. As colaborações mais recentes serão então comentadas na Seção V, quando veremos que as dificuldades interpretativas e prospectivas são ainda grandes, e a última seção, é uma breve avaliação e conclusão.

II – A ABORDAGEM.

O tema desse trabalho, o desenvolvimento do capitalismo na periferia, tem uma de suas fundações assentada no território da Economia Política. Portanto, é sujeito a compreensões distintas, nascidas a partir de fundamentações político-ideológicas também distintas. Esta é provavelmente uma das razões pelas quais o assunto tem gerado, em certos momentos, uma vasta literatura, onde o ‘diálogo de surdos’ é uma característica muito presente. Algumas destas divergências são insuperáveis, porém, a forma da montagem da apresentação pode permitir o desenvolvimento de um trabalho mais frutífero. O exercício, onde se descreve a construção metodológica e conceitual da abordagem, é o objeto dessa seção.

Uma primeira providência será a escolha e definição, se bem que de forma simplificada, de alguns dos posicionamentos que tiveram grande importância na geração de estudos sobre nosso tema. Constituem o que poderíamos chamar de **Escolas de Pensamento de Desenvolvimento** (EPs)⁴. Uma vez definidos estes posicionamentos, explicitaremos as versões do conceito central de nossa discussão, a categoria desenvolvimento, adotadas pelas EPs. Ao longo do texto, na medida do possível, o debate será focado a partir dos diversos pontos de vista das EPs. Naturalmente, isto não elimina as discordâncias referidas, já que parte delas se devem a divergências que têm origem em princípios básicos. Porém, pelo menos, pode ajudar a evitar perda de tempo com discussões semânticas e a tornar o debate mais objetivo. O que fazemos, na realidade, é concentrarmo-nos mais na evolução do pensamento dentro de cada EP e menos no debate entre as EPs. Não se pretende com isto pleitear neutralidade para o texto, já que, obviamente, o autor tem suas concepções que, inevitavelmente, imprimem uma marca, apenas, se procura adotar uma postura de transparência.

Passando a apresentação das EPs, comecemos pelos adeptos do **Liberalismo** econômico, também referidos como Neoclássicos e, mais recentemente, como Neoliberais. Seu argumento central, como indica o rótulo, é que os processos econômicos no capitalismo conduzem a melhores resultados sociais se deixados evoluir ao sabor de suas forças naturais, guiados pelos mercados. Estes bons resultados ocorreriam tanto em relação a marcos locais ou setoriais como aos fenômenos que abrangem todo um país ou as relações entre países. Uma outra EP congrega os de posição mais a **Esquerda**, ou Marxistas que, para definir contrastando com a anterior, advoga a intervenção nas relações econômicas, notadamente por parte do Estado, também em todas as instâncias. Como entendem que o capitalismo contém contradições que o tornam irremediavelmente injusto, estas intervenções deveriam evoluir a ponto de procurar estabelecer um novo estado, socialista, que

³ Como veremos, em relação a alguns conceitos e argumentos trata-se, na realidade, de um misto de previsão e já de constatação o que leva a que a conjectura nos faça incorrer em dois tipos de risco. Como, por ora, não pode ser provada, pode ser afirmado que são meras especulações que não servem de base a nenhum avanço. Também, uma vez apresentada, pode parecer a quem a aceita uma obviedade. Como a história do ‘ovo de Colombo’. Aceitamos os riscos, pois, é necessário que alguém proclame sua ocorrência.

⁴ Como é fácil observar, a definição e caracterização das EPs levou em conta 2 critérios. O grau de intervenção na vida econômica e as expectativas acerca das possibilidades de evolução nas condições de vida no capitalismo. O leitor, naturalmente, entende que nossa compreensão do conteúdo dessas escolas econômicas envolve muito mais que estes dois aspectos. Para efeito desta discussão fizemos esta simplificação apenas para atermo-nos aos objetivos do trabalho.

implantasse um comportamento dirigido total e definitivamente para os interesses das grandes massas. Poderia se dizer que entre estas duas posições se situa outra EP, a dos **Social-Democratas**, utilizemos este rótulo, daqueles que consideram que o capitalismo, se deixado a evoluir ao sabor apenas das forças de mercado, cria desigualdades e injustiças. Porém, diferentemente dos Marxistas acham que, nos marcos do capitalismo, utilizando intervenções de diversos tipos, é possível regrar o regime e livra-lo de suas iniquidades.

Há uma outra posição que, embora ocupe menos espaço na literatura, também contemplamos, pois, ganhou importância recentemente, e o debate ficaria incompleto se não houvesse referência a mesma. Enquanto que as três EPs já referidas têm projetos/soluções que envolvem toda a sociedade em cada país, esta outra é dirigida apenas a uma parte da mesma. Trata-se de uma posição que vamos nos referir como a dos **Excluídos**. Podemos dizer que expressaria as aspirações, ou necessidades, de parcelas das populações que não conseguem se inserir, plenamente, na vida econômica das sociedades. Estes cidadãos ou caem no desalento ou reagem desenvolvendo atividades econômicas. Neste contexto procuram sobreviver, com ou sem auxílio oficial, nas margens, ou à margem, do sistema ⁵.

Isto posto, tratemos de explicitar, também de forma muito sucinta, os vários conceitos de desenvolvimento, base das EPs. Do ponto de vista dos autores adeptos do **Liberalismo**, trata-se de um processo caracterizado pela continua capitalização, ou investimento, que levará, por si só, a economia a um estado de maior e mais variada produção e elevado bem estar. Fazer o bolo crescer para que, depois, o mesmo possa ter uma parte dividida. Como veremos adiante, apesar de variações em ênfase em determinados aspectos, esta é uma posição consistentemente defendida ao longo do tempo e tida como válida tanto para os países do centro como para os da periferia. O capitalismo é entendido como a perfeição que ao fim prevalecerá por toda parte. Por estas razões conceituais esta EP não é muito prolífica, em relação ao nosso tema, no primeiro momento histórico que enfocaremos.

O ponto de partida da conceituação da **Esquerda** seria marcar o conceito de desenvolvimento com o qualificativo – do capitalismo. Pois, o método histórico estrutural considera diversos modos de produção, cada qual com seu característico processo de desenvolvimento. O desenvolvimento do capitalismo ocorreria com o aumento do nível das forças produtivas. Este processo seria, porém, uma determinada fase da história e não seu fim, daí a necessidade de qualifica-lo. Durante seu decurso poderiam ocorrer períodos em que em regiões, e ou países, ocorressem melhorias nas condições de vida da maioria da população. Estes momentos poderiam também se alternar com outros caracterizados pela deterioração nestas mesmas condições. Veremos que, a partir de certo momento, ocupou uma vasta porção do entendimento da Esquerda um forte pessimismo em relação às possibilidades de desenvolvimento do capitalismo na periferia. Há relações entre este movimento de distanciamento do otimismo e uma mudança de enfoque, que deixa de se concentrar nas revoluções nacionais para se endereçar às lutas internacionais da periferia contra o centro ⁶. Esta mudança, que foi mais comum dentro desta EP, é efeito, consciente ou não, da questão metodológica da escolha da unidade de análise que seria mais adequada para situar a discussão sobre o desenvolvimento do capitalismo na periferia.

No caso dos **Social-Democratas** houve variações no conceito mesmo de desenvolvimento, ao longo do tempo, o que na verdade é um movimento recorrente. Já se pode dizer que é clássica a

⁵ Este grupo é bastante heterogêneo. É composto tanto por aqueles que operam abrigados em certa informalidade ou contravenção até pelos dedicados a atividades mais amplamente consideradas criminosas (tráfico de drogas, roubos assaltos etc). Neste trabalho estamos nos concentrando neste primeiro segmento.

⁶ É conveniente distinguir entre as expectativas acerca das possibilidades de evolução nas condições de vida da maioria da população no capitalismo em geral, um dos critérios de construção das EPs, e aquelas referentes a viabilidade de desenvolvimento deste modo de produção na periferia.

situação onde, por um tempo, se confunde desenvolvimento com o processo de crescimento dos índices econômicos (industrialização ou globalização). Após mais algum tempo, considerados os pobres, ou mesmo perversos, resultados em relação ao social, se propõe uma reforma conceitual onde se distinguirá crescimento, simplesmente, de desenvolvimento, que passaria a representar um processo acompanhado por melhorias nas condições sociais. Isto aconteceu em relação às contribuições dos autores da proposta da “Redistribution with Growth”, originada na Universidade de Sussex no início da década dos 70. Em relação a CEPAL, houve algo assim ainda na década dos 60, e se repete em seus estudos de 2000.

Em relação aos **Excluídos**, dadas as suas dificuldades de todo tipo, o que mais anseiam para si seria, primariamente, a sobrevivência. Então, podemos também imaginar neste caso, em relação ao conceito de desenvolvimento, a existência de variações. Nos momentos e lugares em que as possibilidades de serem incorporados ao sistema são maiores, a inserção parece ser um caminho natural e desejado. Assim, mesmo que seja em circuitos alternativos, desenvolvimento é inserção. Quando, e nos casos em que, estas possibilidades parecem mais remotas, a sobrevivência passa a ser buscada como uma trilha diferente e até independente. Desenvolvimento passa a ser operar fora da lógica do sistema. Isto ficará mais claro quando expusermos, adiante, uma versão atual, bem representada pelo ideário Zapatista. O volume da produção desta EP se reduziu durante a ‘idade das trevas’, e também é fortemente influenciado pela oscilação cíclica e aspectos regionais.

Há dois comentários finais a adicionar. A discussão do desenvolvimento econômico da AL, e de alguns países do sub-continente, gerou uma literatura de tal forma vasta que torna difícil identificar pontos não cobertos ali, e que tenham sido explorados no debate mais amplo, relativo a periferia em geral, e vice versa. A verdade é que, de fato, estas discussões se alimentaram e enriqueceram mutuamente. O que conta é que isto nos permite referir a autores e argumentos dos dois contextos, indistintamente, baseados apenas no critério da escolha do que é mais típico e ou está mais bem demonstrado. Outro ponto é que, apesar de que este é um texto que tem uma outra de suas fundações repousando na área de História do Pensamento Econômico, não importa aqui verificar na literatura discutida, o que é criação original e o que é eco. Pois, o objetivo não é biográfico e, nem mesmo, se concentra no debate entre as posições, mas sim o de verificar o caráter cíclico de certas idéias.

III – CÉU DE BRIGADEIRO.

Naturalmente, é desnecessário afirmar que nossa decisão de dedicar um item para a apresentação do panorama da discussão em um período do passado, não é só para comprovar que a situação já pareceu mais clara. Há outras razões que a definiram. Acreditamos que as características da realidade concreta influenciam, fortemente, os autores na formação dos conceitos e desenvolvimento de teorias mais complexas. Sem desprezar a importância das especificidades de cada momento histórico, podemos também dizer que, como a história do capitalismo apresenta ciclos econômicos onde operam, mesmo que em patamares e níveis diferentes, condições com certas semelhanças, é natural a recorrência de algumas idéias e posicionamentos. Esta revisão, e análise comparativa podem então permitir que se ganhe em nitidez de entendimento em relação ao momento atual. Quando, em alguns momentos do texto, apresentamos posicionamentos de determinados autores, muito similares a outros enunciados anteriormente, o objetivo não é sugerir a falta de originalidade. Mas sim, tentar captar as semelhanças nas situações e tentar conseguir ajuda para prever desdobramentos.

Apesar das raízes de algumas destas EPs se situarem até em séculos anteriores, se nos concentrarmos na produção intelectual surgida nos quarenta anos após a segunda grande guerra, estaremos dando uma satisfatória cobertura ao assunto. Também deve ser dito que as apresentações

serão sumaríssimas, restringindo-se aos pontos indispensáveis para a continuidade da argumentação e, em geral, a um autor apenas, representativo de cada abordagem. O ordenamento da exposição das teorias será feito, na medida do possível, tendo como fio condutor, a cronologia.

Para começar, vamos mencionar a posição dos **Liberais**. A participação de autores desta tendência no debate, nesta primeira fase, não foi das maiores, como já comentado, mas, é importante também registrar seus pontos de vista. Para tal será suficiente fazermos referência à representativa contribuição de W.W. **Rostow**. Seu entendimento/discurso era de que o processo, em princípio, não encontrava obstáculos intransponíveis. Tudo era uma questão de realizar os investimentos nas atividades certas e nas quantidades necessárias. Ou seja, tratava-se de escolher os segmentos produtivos adequados, e dar as injeções de capital em montantes tais que as taxas de investimentos se elevassem até, se possível além de, um percentual crítico do produto. Assim, o “Arranco” (take-off) aconteceria e então as etapas de desenvolvimento se sucederiam normalmente. Em termos de classe a abordagem é autocentrada, ou, melhor dizendo, só vê a si. O capitalista deve realizar os investimentos, desbravar, empreender e assim homogeneizar o mundo ⁷.

A posição mais à **Esquerda** tem suas raízes, em termos internacionais, localizadas por **Bill Warren** nas discussões dos congressos do Comintern a partir de 1919, apresentando-se praticamente acabada no 6º desses congressos em 1928. **Mantega** partilha desse entendimento e estende, em excelente análise, o estudo para a versão brasileira criando o feliz título de Modelo Democrático Burguês (MDB) para referência a esta posição.

O MDB imaginava a reprodução, no Brasil em particular, mas de uma forma geral nos países do Terceiro Mundo, de um misto do processo clássico, que seria o da Inglaterra, complementado com o caso russo de transição e desenvolvimento do capitalismo. Nessa linha, interpretava-se a agricultura brasileira, onde predominava o latifúndio, como organizada em sua maior parte em moldes ditos feudais ou semi-feudais, mas de toda maneira vistos como pré-capitalistas. Como a descrição do panorama do Brasil, e também nesse caso tratava-se de um estereótipo supostamente válido para todos os países atrasados, era de um mar de agricultura ou atividades extrativas, pontilhado de poucas e pequenas ilhas de produção industrial, por extensão, entendia-se então que o nosso país ainda estava por ingressar em sua fase de desenvolvimento capitalista (pleno ?). O paralelo russo situava-se no fato de que este desenvolvimento ocorreria numa fase em que o imperialismo já era bastante forte.

Em termos de totalidade, considerava-se a existência de dois blocos. Um, que operava de fato, formando o ‘pacto’ entre o latifúndio e o imperialismo e o outro, de existência potencial, a ‘nação’, que seria constituído pelos operários, camponeses, classes médias, setores progressistas da burguesia nacional, principalmente industrial etc. Internamente ao ‘pacto’ retrogrado, existiria um funcionamento harmônico, pois, o latifúndio e o imperialismo tinham interesses coincidentes. O primeiro vendia a sua produção ao segundo, que por sua vez também abastecia o país de manufaturados. Em oposição a este ‘pacto’ apresentava-se a ‘nação’, cujos componentes teriam todos os motivos para se unir e levar ao poder um grupo que implementasse uma política nacionalista de industrialização e que modernizasse as relações sociais no campo. Esta revolução democrática burguesa confrontaria a contradição principal existente entre a nação e o latifúndio/imperialismo e seria a fase preparatória para a futura construção do socialismo em cada país, assim como o caminho para o desenvolvimento do capitalismo na periferia.

⁷ Uma sentença de Wallerstein, embora em um contexto completamente diferente, sem nenhuma ligação com Rostow, sintetiza de forma perfeita este ponto: “In the mythology of the modern world, the quintessential protagonist is the bourgeois.” (Wallerstein, p. 91).

Em relação a EP **Social-Democrata**, a mais importante contribuição, de nosso ponto de vista, foi resultado do trabalho da Comissão Econômica Para América Latina (**CEPAL**), órgão criado pela ONU e liderado por Raul **Prebisch**, a partir de 1949. Seu ponto de partida é a Economia Clássica oxigenada por componentes Keynesianos e por concessões a existência de mercados imperfeitos.

Limitando-nos aos aspectos relevantes poderíamos resumir a análise Cepalina nas seguintes considerações (Cf Prebisch e **Baer**). A teoria do comércio internacional mais difundida e aceita nos círculos conservadores da época era de tradição clássica com desenvolvimentos Neoclássicos. Esta preconizava que se cada país se especializasse na produção de bens para os quais fosse mais bem dotado, aqueles de menor custo comparativo, e trocasse excedentes no mercado internacional, todos sairiam ganhando. Considerado o conjunto dos países envolvidos nas trocas, a produção seria maximizada, assim como a renda, o bem estar social etc.

A análise Cepalina verificou que estes resultados de fato não vinham ocorrendo, denunciando então a contradição entre a realidade e as previsões acima. Esclareça-se que isto não se seguiu da condenação explícita, por parte da CEPAL, da teoria das vantagens comparativas. Mas sim por uma tentativa de explicação deste desvio baseada na constatação de que as condições iniciais dos países não coincidiam com as premissas da teoria, ou seja, mobilidade total dos fatores, concorrência perfeita etc⁸. Porém, a denúncia tornava-se muito importante por que, afinal, a não realização das previsões da Teoria Clássica do comércio estaria levando a uma deterioração nos termos de troca, contra os países atrasados, resultando na transferência de recursos da periferia, que continuava pobre e atrasada, para o centro.

A conclusão, portanto, era que a divisão internacional do trabalho prevalecente, baseada na concentração da periferia em produtos primários e do centro em manufaturados, era inconveniente para a periferia, que estava perdendo nas trocas recursos que já eram escassos. Ademais, como a indústria era vista como o pólo dinâmico da economia (porque seu crescimento resultaria num aumento, via demanda, da agricultura, mas o efeito inverso não seria da mesma dimensão), além de perder nas trocas a periferia tinha ainda o inconveniente de ter o ritmo da sua economia definido externamente. A solução era apenas natural. Devia-se envidar esforços para uma vigorosa industrialização dos países atrasados, a Industrialização com Substituição de Importações (ISI). Isto não apenas minimizaria a perda devido aos injustos termos de troca, mas também internalizaria a determinação do nível da atividade econômica. Ai está o modelo de desenvolvimento dos Social-Democratas.

É necessário afirmar que, hoje é fácil ver que o otimismo presente nestas duas posições, a da Esquerda e a Social-Democrata, era equivocado. Na primeira das análises porque, de uma forma simplista, imaginava-se que o futuro do Terceiro Mundo reproduziria com exatidão o que pensavam ter sido o desenvolvimento do capitalismo em outras partes. Na segunda, porque confundia as expectativas com respeito ao desenvolvimento do capitalismo em geral, com uma situação particular de afluência e uma política de estado de bem-estar social comum a alguns países do centro naquele período. Mas, apesar de equivocado, esse otimismo era progressista, e talvez por isso o que ocorreu então, ao longo dos 20 anos após a segunda grande guerra, foi que as propostas desenvolvimentistas obtiveram um amplo apoio e, portanto geraram altas e generalizadas expectativas. Também propiciaram importantes resultados concretos que estavam a seu alcance.

O amplo espectro de apoio e as altas expectativas relativas às propostas desenvolvimentistas vieram a resultar, mais tarde, num sentimento igualmente abrangente e profundo de decepção. Já a

⁸ Este aspecto, referente à mobilidade de fatores, e o não abandono de elementos centrais da Neoclássica podem ser percebidos, também, no documento de 2000 da instituição.

partir do início da década dos 60 os frutos destes projetos começaram a parecer a muitos como desapontadores. A industrialização não ocorrera em toda parte, mas mesmo onde esta tinha avançado como no Brasil, parecia que seus resultados sociais não tinham sido tão benéficos como se esperava. Os problemas de miséria e atraso não teriam sido superados, enquanto que os inconvenientes da má distribuição de renda e do desequilíbrio no comércio internacional, em alguns casos, tinham até se agravado.

Entre os estudiosos dos problemas do Terceiro Mundo, este ambiente de desapontamento motivou, em reação, uma grande variedade de novas análises, o que representou mudanças, em relação ao conceito de desenvolvimento como referimos antes. Dentre estas linhas, duas importantes vertentes nos interessam especialmente, pois foi onde se reabrigaram, respectivamente, boa parte dos antigos adeptos da posição Social-Democrata e da Esquerda. A primeira apresentava um discurso humanitário e propunha avanços, de natureza reformista. Além do intervencionismo já praticado na economia, deveria se proceder simultaneamente a políticas sociais de efeito distributivo ou compensatório. Poderia se ver aí uma expansão da tendência ao afastamento do 'Laissez-faire', através da adoção de uma modalidade de **Economia Social**. A outra vertente, que referiremos como **Terceiromundista**, encamparia um importante grupo de análises que tinha influência Marxista, de algum tipo ⁹.

A **Economia Social** teve a maior parte de seus trabalhos e, também, seu jargão, cristalizados, e levados a público no início da década dos 70. No entanto, o contexto que a motivaria e sua elaboração se desenvolviam já há algum tempo. O raciocínio era exposto, mais ou menos, nas seguintes linhas. Podia se concluir que os modelos desenvolvimentistas de 'Accelerated Growth' tinham falhado, porque, industrialização não trazia, por si só, por ação do '**Trickle Down Effect**', bem estar social. Então, devia-se combinar crescimento com uma política simultânea de melhoria da situação dos menos providos, a 'Redistribution With Growth'. Ou seja, ampliar o crescimento, pela introdução de certos complementos, de forma a ter desenvolvimento ^{10 11}. Este tipo de raciocínio foi logo encampado por pesquisadores e, também, por diversas instituições. Deu substância a diversos movimentos que se sucederam como, por exemplo, o dos 'Basic Needs', a 'Green Revolution' e a 'New International Economic Order'. Isto se desenrolou até a década dos 80.

Enfoquemos agora a outra reação ao projeto desenvolvimentista, mencionada acima, a posição **Terceiromundista**. Uma obra que muito influenciou esta vertente apareceu em 1957 antecipando o ambiente de desapontamento mais característico da década dos 60. Assim, quando este sentimento parecia se generalizar, em função dos resultados negativos do projeto desenvolvimentista, a esquerda já dispunha de um instrumental teórico para realizar outro tipo de análise. O trabalho referido é o "The Political Economy of Growth", escrito por Paul **Baran**.

Naquele livro, Baran relançou uma antiga idéia, que pode ser referida como a 'Tese do Bloqueio' (TB), que muito marcou os trabalhos acerca de desenvolvimento, de boa parte da esquerda nas décadas seguintes ¹². Em relação a visão prospectiva desta tese, a natureza desse texto nos limita a

⁹ Houve outros remanescentes da **Esquerda**, como a Velha Esquerda e dos **Social-Democratas** como os Estruturalistas de Esquerda. Apesar da importância teórica de suas contribuições, não estarão presentes neste trabalho, pois, temos que nos concentrar nas posições que tiveram maior repercussão e ou apresentam ecos atuais.

¹⁰ Os autores do livro "Redistribution With Growth", Chenery et alii atribuem a primeira utilização da idéia de redistribuição com crescimento a Hans Singer, em um seu trabalho de 1972 para o ILO.

¹¹ É interessante notar que este tipo de pensamento surge também em outros contextos. Rifkin, ao discutir a questão do desemprego tecnológico, refere-se, criticamente, a um tipo de visão onde está presente uma expectativa de que surgiria, naturalmente, a 'distribuição dos frutos do progresso técnico'. Utiliza também a expressão 'trickle down', e o mesmo se dá com Malan como veremos adiante. O texto da CEPAL de 2000 repete estes tipos de raciocínios.

¹² Katz mostrou a origem histórica, e de classe desta tese, sua recorrência, evolução na história do pensamento econômico, assim como sua forte presença e influência em teorias de desenvolvimento. A TB estaria presente com bastante força na

indicar, de modo extremamente sucinto, que a TB afirma que o desenvolvimento do capitalismo no Terceiro Mundo é de alguma maneira bloqueado, incompleto e assim essencialmente diferente daquele do modelo clássico¹³. A decepção, devido a espera frustrada pela revolução democrática burguesa como era imaginada, levou a interpretação de que o capitalismo na periferia não estaria avançando e nem seria capaz de jamais avançar¹⁴. Daí inclusive a sugestão de necessidade de uma revolução socialista como única opção ao subdesenvolvimento.

O ponto de partida de Baran, para a explicação das razões do bloqueio, é o conceito de excedente, e suas relações com as situações de concorrência e monopólio. O clima concorrencial é apresentado como positivo e estimulante. Já as condições de monopólio levariam a estagnação. Pois, por um lado, esta estrutura permitiria que um pequeno número de capitalistas se apropriasse de uma enorme parcela do excedente do produto social, pouco restando em mãos de outras classes que pudesse ser investido. Por outro lado, a condição monopolista não incentivaria que um adequado percentual dos lucros se destinasse a investimento, ficando a maior parte para gastos supérfluos. Tudo isto tendia a conduzir o sistema para a estagnação¹⁵.

No contexto das relações entre países, estas categorias apareceriam numa síntese do que teria sido a história do subdesenvolvimento. Até algum momento do passado, os atuais países centrais não seriam muito mais desenvolvidos que alguns da periferia. Devido a condições acidentais de vantagem locacional, os do centro partiram primeiro para o processo de acumulação. Como o ambiente ali era concorrencial, os resultados de desenvolvimento que obtiveram foram fortes e rápidos. O comércio internacional prosseguiu e, por estas razões, o centro conquistava uma posição de crescente vantagem e força. Já na periferia, este processo desestruturou a antiga organização da produção que teve que se desviar de atividades de subsistência para produtos de exportação. A desigualdade que aumentava também tornava permanente a dificuldade de conseguir recursos para desenvolver outros setores. Daí a pouca industrialização. O escasso excedente que não vai para o centro é, em boa parte, apropriado pelos intermediários improdutivos. Assim, aumenta o desnível econômico entre centro e periferia e, ao mesmo tempo, fornece condições cada vez melhores de extração e transferência de excedentes, que realimenta o processo.

A partir de um certo momento da história, o próprio contato entre países do centro e da periferia teria tornado os primeiros desenvolvidos e os últimos subdesenvolvidos. Dessa maneira, e mantido o contexto, subdesenvolvimento não seria uma fase anterior ao desenvolvimento, mas, ambos, trechos distintos de dois caminhos distintos. Esta visão de bloqueio da periferia variou ao longo do tempo e, também, de autor para autor, naturalmente, assumindo conotações diversas. Os graus de

versão estagnacionista da teoria do subdesenvolvimento, teria grande ascendência sobre as teorias da dependência, do capitalismo periférico, do lumpendesevolvimento etc.

¹³ A concessão de uma certa qualidade ao capitalismo periférico que o distinguiria daquele do centro, para uns explicitamente ficando livre das leis descobertas por Marx, é o que sugere o uso da expressão Terceiromundista para referência a esta vertente. Adeptos conscientes dessa visão se intitulam Neo-Marxistas por entenderem que seu paradigma vai de encontro não só ao tradicional, mas também ao Marxista ortodoxo (Carter pp 173 e 177).

¹⁴ Naturalmente, a forma em que a TB se apresenta nos trabalhos dos diversos autores varia bastante. Mais importante é que podemos constatar que, o sentido e/ou amplitude do bloqueio evoluiu ao longo do tempo, sempre se reposicionando, batido pela realidade da história, pelo menos no caso do Brasil. As primeiras versões onde se retratam países cuja economia extrovertida não se expandiria para além da agricultura, podendo no máximo incluir um ou outro enclave de atividade moderna, tiveram que passar a acomodar uma nova realidade onde despontavam indústrias, ainda que de bens de consumo não durável. Adiante tiveram que ‘descobrir’ que tinha havido uma ISI que havia se expandido também para bens de consumo duráveis. A partir daí o obstáculo parecia passar a ser o setor de bens de capital que continuaria inacessível aos países da periferia.

¹⁵ É possível reconhecer, neste raciocínio, a presença de elementos também utilizados em seu clássico trabalho com Sweezy.

abrangência e permanência que os mesmos atribuíam a TB certamente influenciavam o teor de suas propostas. Entre os que faziam uma avaliação muito extremada, havia os que concluíram que não restava nada a fazer nos marcos do sistema e:

“the contradictions of lumpendevelopment in Latin América are deepened and can only be resolved by the people – with the only true development strategy: armed revolution and the construction of socialism.” (Frank, p. 145).

Passemos agora a comentar o que seriam os entendimentos a partir das visões dos **Excluídos**. Vale observar que esta EP abriga, também, a TB, se bem que em versões mais fracas. Neste caso o bloqueio é visto como um fenômeno que diz respeito apenas a alguns grupos, e não a toda sociedade periférica. Os dois conceitos de desenvolvimento que imaginamos para esta EP definiriam estratégias distintas, buscar operar fora da lógica do sistema ou tentar se inserir.

Em relação a primeira situação, um autor que pode exemplificar esta posição é **Obregón**, um Peruano que escreve no início da década dos 70. Abreviadamente, sua explicação para a existência de grande número de pessoas marginalizadas na periferia, situadas no que chamou de ‘Pólo Marginal da Economia’, desenvolvia-se da seguinte forma. Existe um excesso de oferta de mão de obra na periferia. Mesmo quando a estagnação reinante é interrompida e empreendimentos se estabelecem, o nível tecnológico em que estas ações são desenvolvidas é de tal forma discrepante com o nível local, que resulta em uma enorme destruição de postos de trabalho e na criação de uma quantidade muito menor de posições novas. O grupo que não se integra não seria exatamente o Exército Industrial de Reserva descrito por Marx porque, em parte, não é funcional para o capital. Primeiro porque sua dimensão é tão grande que em nenhuma circunstância poderia vir a ser empregado pelo capital, que em sua expansão demanda cada vez menor número de trabalhadores. Segundo porque não tem qualificação para assumir empregos na nova economia que se implanta com elevado nível tecnológico. A existência deste grupo representaria um fenômeno permanente e crescente cujo destino, até onde sabemos, o autor não prevê (Obregón, pp. 276/86). A nossa conclusão é que esta visão sugere que o grupo teria que buscar sua sobrevivência em atividades que operassem fora da lógica do sistema.

Roberts (pp. 165/6) relata contestações ao entendimento de Obregón, geradas poucos anos depois, a partir do CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), por autores como Lucio Kowarick e Vilmar Faria. Estes argumentaram que a alta rotatividade dos empregos nas indústrias modernas do Brasil era prova de que a qualificação não era obstáculo impeditivo para a empregabilidade e, reforçavam o ponto dizendo que, a maioria das funções demandava apenas curto período de preparação para serem assumidas e desempenhadas. Mais apropriado do que buscar quem estava certo quem estava errado é lembrar a importância, e influência, das circunstâncias de lugar e tempo em que se vive, ou que se analisa, na percepção que se forma do mundo e de suas perspectivas. O fato é que, com o passar do tempo, e pelo menos até o final da década dos 80, posicionamentos do tipo do de Obregón deixaram de ser apresentados e os Excluídos passaram a ser mais relacionados com outro ponto de vista que passamos a abordar.

A outra percepção no âmbito desta EP, seria uma versão ainda mais fraca da TB, segundo a qual a exclusão destes grupos não seria vista como definitiva, havendo a possibilidade da inserção. A referência seria a segmentos das populações que passaram a ser tratadas como o ‘Setor Informal’. Este conjunto foi objeto de muito interesse, propiciando a geração de vasta literatura a partir do início da década dos 70, confundido-se com as contribuições da Economia Social. Como não havia a expectativa de que o bloqueio seria total e definitivo em relação ao mesmo, esta visão gerou uma enorme quantidade de propostas de ações, oficiais ou não, dirigidas a beneficia-lo.

IV – REFLEXOS DA HECATOMBE – UM TEMPO DE TREVAS.

Vamos focar agora o período quando se fez sentir o efeito do paroxismo da GT II Fase I. Não se poderia precisar seus exatos limites, até porque nem foi um evento instantâneo e nem atingiu a todos simultaneamente, porém, o fato é que gerou diferentes efeitos no ritmo do debate e da produção acadêmica relacionada ao tema estudado. No que diz respeito as EPs da Esquerda e Social-Democrata, responsáveis pela maior parte da produção na fase anterior, se constata ter ocorrido um certo estupor e emudecimento, que cresceu depois de 1985 e aparenta iniciar um declínio recentemente, nos últimos anos da década dos 90. O aturdimento se reflete, concretamente, em uma diminuição na quantidade de trabalhos publicados. Em relação a EP dos Excluídos, deve-se distinguir entre a versão mais radical, que já minguava antes e praticamente desapareceu, e a versão mais leve que ficou absorvida pelo assistencialismo e não apresentou inovações que convenha expor. Já a EP do Liberalismo ficou na contra mão das outras EPs durante a ‘idade das trevas’, quando, ao invés de diminuir sua produção, participou na massiva campanha neoliberal sobre tema mais abrangente, o desenvolvimento do capitalismo em todo o mundo, a globalização. Vejamos, brevemente, alguns aspectos destas colaborações.

Os defensores do **Liberalismo**, embriagados com os sucessos decorrentes da grande fase de expansão capitalista recente e da débâcle do socialismo do leste europeu, declararam a chegada do fim da História e passaram a desenvolver o que seria o pensamento da fase Pós-Modernista. Especificamente, em relação ao nosso tema, a abordagem da direita parece não ter mudado muito, e o desenvolvimento continua a ser visto como um processo exequível e sem dificuldades intransponíveis. Porém, as sugestões de ações mais concretas foram se alterando ao longo do tempo. A concentração na idéia Rostowiana de que a chave para o desenvolvimento estaria na elevação da taxa de investimentos acima de um certo patamar, bastante adequada a uma fase de expansão das companhias multinacionais, foi saindo de foco. A partir da década dos 80, coerentemente com a onda globalizante de expansão do capital dos países centrais, toma a maior importância o discurso com ênfase no encolhimento do estado e na abertura econômica, traduzido no famoso pacote do ‘Consenso de Washington’, que prega austeridade e liberalização. Na prática, a idéia central de pouca intervenção governamental na economia aparece com novas roupagens. Ao lado das privatizações e desregulamentações, enfatiza-se a necessidade de liberar o mercado de trabalho, eliminar subsídios, políticas de crédito e setoriais, assim como outras políticas que provocassem distorções nas relações de preços, de forma que estas sejam correspondentes às do mercado externo. Esse aspecto é importante e já indica que o direcionamento do desenvolvimento deve se voltar para fora, com a queda das barreiras comerciais e de investimento (Kiely, 1998, pp. 64/5). A proposta é tão cruel que o próprio Stiglitz, enquanto ainda na diretoria do Banco Mundial, denunciou que estas prescrições, dirigidas para a periferia, dificilmente seriam aceitas e adotadas pelos países industrializados, caso lhes fossem sugeridas (Tavernier p.2). No entanto, na dimensão política as sugestões tomam uma apresentação positiva e incontestável. A ‘Good Governance’ prescrita inclui o pluralismo político, o controle e transparência das finanças públicas (‘accountability’) e o império da lei (Kiely, 1998, pp. 68). Voltaremos a este ponto na seção seguinte.

O declínio nas publicações da Esquerda e Social-Democrata é referido por alguns autores. No entanto, as razões para explica-lo variam. **Kiely**, por exemplo, em relação a controvérsia explicativa do impasse que estaria existindo, em relação aos estudos de desenvolvimento da EP da **Esquerda**, afirma:

“Some writers have argued that the discipline has stagnated because it is dominated by a Marxism which is too theoretical, too structuralist and too determinist, and have called for a ‘post-Marxist approach’.” (Kiely, 1995, p.73)

Conclui dizendo que o impasse pode ser superado pela utilização de uma metodologia Marxista que enfatize o caráter não determinista do processo de desenvolvimento e dê maior atenção à História e às análises comparativas (Kiely, 1995, p. 93). Apesar de concordar com as sugestões de Kiely, e aceitar o reforço de sua informação acerca da ocorrência desta situação, devemos dizer que o mesmo tratou o fenômeno como algo limitado a um grupo restrito de autores.

Mas, o fenômeno foi bem mais amplo, tanto do ponto de vista das EPs como em termos geográficos. A CEPAL, por exemplo, boa representante do pensamento **Social-Democrata**, a nosso ver, do mesmo modo, afastou-se dos estudos desenvolvimentistas. Foi o período em que se concentrou em discussões referentes a programas de estabilização monetária e a reestruturação do estado, afastando-se, ainda mais, da Economia Política em direção a Política Econômica. Em relação a esta instituição, **Bielschowsky** alinha razões de três diferentes naturezas que explicariam a mudança de seu ritmo e temas preferenciais. As de origem políticas decorreram do ambiente hostil do governo Pinochet, que, além de outras coisas, afastou a intelectualidade do Chile, onde está a sede da instituição. No plano econômico, resultou da polarização dos interesses nos problemas da instabilidade macroeconômica e da elevação do poder da esfera financeira. Por fim, no campo do pensamento econômico viveu-se o declínio da moda do Keynesianismo, substituído por uma abordagem ortodoxa que não partilhava das posições das teorias do desenvolvimento ¹⁶. O autor afirma:

“O enfoque histórico e longo-prazista só resistiria como eixo central do pensamento da CEPAL até essa crise (dos anos 1980, nossa observação), e ficaria marginalizado por quase uma década, até sua recuperação nos anos 1990.” (Bielschowsky p. 47)

Certamente estas razões fazem parte da explicação da diminuição na produção de estudos de desenvolvimento. Porém, achamos que o evento que referimos como GT II Fase I, em seu momento de paroxismo, devido ao impacto das mudanças tecnológicas, é a razão mais íntima do fenômeno e, até, a causa de algumas das razões apontadas. A turbulência que vem causando não só galvaniza interesses, dominando a temática dos trabalhos, como dificulta o entendimento do panorama geral e o posicionamento em relação ao que se pode e deve fazer na periferia.

Arriscando um comentário de natureza sociológica, lembramos que, como esta problemática se situa, em parte, no campo da economia política, a mesma demanda o trato de categorias como classes sociais. Ora, isto adiciona dificuldades especiais porque, nas proximidades do paroxismo das grandes transformações, parece-nos, surge um número de movimentos que borram, aparentemente e por um certo tempo, determinados limites de classe. Surgem oportunidades de ascensão, pela exploração de novas oportunidades, ao mesmo tempo em que, grandes massas de riqueza e capital são destruídas, lançando economicamente para baixo outros grupos ¹⁷.

Ademais, uma das conseqüências da GT II Fase I, a débâcle do socialismo do leste europeu, sem dúvida foi outro fato relevante, devido ao seu significado, como base para argumentações contra planejamento e intervenção estatal, instrumentos usuais nas propostas de desenvolvimento. Discutiremos a seguir a ocorrência de uma certa recuperação no interesse relativo ao tema, que começa a se avolumar nos últimos anos.

¹⁶ Lessa e Earp, também mencionam este último ponto e adicionam aspectos específicos brasileiros. Entre estes, as decepções com a falha dos primeiros programas econômicos após a ditadura militar, arrematado pelo sucesso do Plano Real, que teria legitimado a concentração dos interesses de estudo no curto prazo (Lessa e Earp pp. 103, 105).

¹⁷ As mudanças fazem com que os preços relativos de certos bens mudem drasticamente, ao mesmo tempo em que riqueza parece surgir do nada. Há uma aparência de chances de grande mobilidade social. Por razões diversas, há o estímulo a constituição de um mundo de pequenos empresários autônomos, o que é apresentado como um ideal, ao mesmo tempo em que a difusão de certas idéias, devida ou indevidamente, como a de ‘capital humano’ e ‘o adeus a classe operária’, levam ainda mais confusão ao panorama.

V – PANORAMA ATUAL DA DISCUSSÃO. NEO-RENASCENTISMO.

Mais recentemente, com o início da dissipação do neoveiro, começa a surgir um maior volume de trabalhos sobre desenvolvimento a partir das EPs que estavam mais silenciosas, a Esquerda e os Social-Democratas. No entanto, veremos que é no seio dessas mesmas EPs, onde ainda persistem grandes dificuldades para decifrar o enigma dos tempos atuais. Em relação as EPs Social-Democrata e do Liberalismo, nota-se que estas dificuldades, ou outras razões menos nobres têm levado ao surgimento de alguns trabalhos que abrigam um estranho hibridismo. Contém um núcleo duro, intocável, composto por proposições neoliberais estritas e, colado ao mesmo, encontra-se um grupo de sugestões plenas de preocupações éticas e sociais. Acontece que o convívio concreto entre estas partes nem sempre é possível. Na prática, quando surgem dificuldades, se necessário, serão as ações referentes ao segundo grupo as que primeiro serão relaxadas. Poderia se entender que sua presença é apenas retórica, como que maquiagem para ‘dourar a pílula’.

Os autores ligados a EP do **Liberalismo** não apresentaram, mais recentemente, novidades marcantes em seus trabalhos. Faremos, porém, referência ao artigo “Brasil: três finais de década” de Pedro **Malan**, para tocar mais de perto nossa realidade. Convidado a colaborar com um texto para o livro “Vinte anos de política econômica”, o autor sugeriu a utilização de três artigos seus publicados próximo aos finais das décadas de 70, 80 e 90. Criativamente, talvez com o propósito de criar um ‘gran finale’ com o texto mais antigo, montou a apresentação na ordem cronológica inversa. O resultado é hibridismo em dose dupla. Este se apresenta no próprio corpo do texto mais recente, pela utilização da já referida combinação de argumentos e propostas não sempre conciliáveis, e também entre os textos, pela variação do seu discurso através do tempo. Vejamos algumas indicações. No artigo de 98 é onde se encontra o hibridismo de forma mais ostensiva (Malan, p.23), acompanhado da então ousada, hoje incomoda, promessa “*não teremos surpresas no câmbio*”. (Idem, p. 33). À medida que avançamos para o passado o núcleo duro é menos Neoliberal, o que dispensa, gradativamente, a apresentação de preocupações sociais como meros adereços. No trabalho de 1989, por exemplo, denuncia o fato que se pagava os juros da dívida externa transferindo para o exterior parcelas muito altas do PIB, “*sem precedentes e insustentáveis*” (Idem, p. 40). O texto do final dos anos 70 é ainda mais impressionante em seus posicionamentos, seja em relação a questões mais gerais sobre Teoria Econômica ou a nossa economia. Denuncia como ilegítima a dicotomização da ortodoxia econômica, que se preocupa em atingir objetivos de crescimento, controle da inflação e balanço de pagamentos, relegando as condições de vida da população à condição de problema social, que seria solucionado no longo prazo. Afirma que, a existência de quase 30 milhões de brasileiros reduzidos a situação de parias (sic), faz com que estas questões não possam ser deixadas ao ‘trickle down’ que, mesmo funcionando, pode demorar. Entre os principais desafios para a década dos 80 estaria a necessidade de melhorar a situação de grande parcela da nossa população “*que apenas sobrevive, em padrões de vida incompatíveis com a dignidade humana.*” (Idem, p. 46). Por fim, outra pérola:

“*O combate a inflação, por exemplo, é fundamental. Mas não se pode pedir aos assalariados que arquem com os custos principais do combate. Eles já o fizeram no passado, sem que lhes fosse possível opinar.*” (Idem, p.48).

A EP que foi mais diretamente atingida foi aquela da **Esquerda**. Talvez, por esta razão, seja onde se encontra mais aturdimiento. É natural então que seus trabalhos reflitam um momento de reflexão e estudo em busca de novas luzes. A vertente **Terceiromundista** é que continua hegemônica, e em suas colaborações, a reconstrução baseia-se, em geral, na recomposição de elementos da história, analisados e criticados. Muito típico também é a elaboração de listas de afirmativas. Em geral são

críticas válidas, pertinentes e importantes, porém, adicionam argumentos localizados, onde o conjunto não se completa de forma amadurecida, que permita levar a oferecer uma visão/proposta prospectiva. Vejamos, como exemplos, alguns poucos pontos do artigo de **Petras e Veltmeyer**, e do de **Amin**, importantes representantes mundiais desta tendência. Observe-se que a unidade de análise dos autores é todo o Sub-contidente, conseqüentemente, a problemática é centrada na ótica da contradição entre o imperialismo, euro-americano, e a AL.

No artigo dos primeiros, após listar aspectos do atual contexto e refazer, criticamente, a história do imperialismo na AL, no século XX, afirmam que a continuidade deste processo apontaria para uma perspectiva de longo prazo de estagnação econômica e crise levando alguns países da AL a condições semelhantes à de colônias onde convivem, em dualismo, um pequeno grupo da população em condições de primeiro mundo com a grande maioria em condições de quarto mundo. A velha esquerda teria se acomodado e mostra pouca imaginação para criar caminhos de ruptura radical. Porém, o que se estaria enfrentando seria uma luta de classes em dimensões internacionais. Só uma atitude revolucionária poderia levar a formação de um regime antiimperialista e democrático que pode iniciar a reconstrução do mercado interno, a retomada do crescimento e da melhora nas condições de vida da população (idem pp. 49/50). A esperança, segundo os autores estaria nos novos movimentos que tem raízes fora do sistema, na oposição extraparlamentar como a dos Zapatistas, do MST e da FARC que pregam a socialização de amplos setores da economia, reforma agrária e contestação da dívida externa e das remessas para o exterior. O artigo de **Amin** começa por uma retrospectiva histórica, no caso mundial. Estaríamos em um período de crise que representa a erosão e o colapso do sistema de crescimento anterior, que ainda não encontrou substituto. Portanto, é o caos, uma escuridão, onde não se definiu, até o momento, um novo caminho, uma transição para o desconhecido. As políticas econômicas adotadas não são concebidas para propiciar novos avanços do capital, mas, apenas para gerenciar suas crises (Amin, pp. 6/8). No seu conjunto de aspectos descritivos, dá destaque a hegemonia americana, no âmbito da Tríade (EUA, Japão e potências européias), que por sua vez é hegemônica no panorama mundial, e tenta construir e manter um mundo unipolar. Este projeto de poder hegemônico constituiria hoje o maior obstáculo ao progresso social, a democracia e a paz. Saúda o fato de que esta visão estaria sendo progressivamente oposta por outra, multipolar, que seria a única arrumação de poderes internacionais capaz de possibilitar que outras regiões do mundo atinjam nível razoável de desenvolvimento social (Idem, pp. 15/6).

Ainda no âmbito desta EP, desejamos referir ao importante e recente (1999) trabalho de **Cano**, “Soberania e política econômica na América Latina”. O livro reúne um grande volume de informações econômicas relativas a diversos países da AL. O alentado texto (quase 600 páginas) é muito rico, em dados e análises, e deverá, certamente, propiciar substância para muitos outros estudos. Porém, representa também um momento da reflexão, onde a visibilidade dos caminhos futuros ainda apresenta muitas dificuldades. Seu capítulo de ‘texto-síntese’ encerra-se com ‘Notas Finais’ onde afirma que

“Não se pretende aqui tirar conclusões ‘definitivas’ sobre os rumos vindouros da América Latina, mas tão somente remarcar algumas questões mais importantes e que afetam todo o conjunto latino-americano.” (Cano, p. 64).

O último item de sua lista de comentários, todos pertinentes e importantes, aborda a questão de possível proposta para o futuro:

“Que pensar do futuro destes países? Ele é incerto, mas penso que o agravamento desse processo forçará os rumos de sua superação, que somente poderá ser buscada com a restauração da soberania nacional, hoje entregue ao Imperialismo”. (Idem, p. 75).

Também no capítulo sobre o Brasil, identicamente rico, não encontramos uma proposta, específica para nosso país, que represente um caminho a ser trilhado.

Um texto representativo de importante vertente da EP **Social-Democrata** é “Equidad, Desarrollo y Ciudadanía”, da **CEPAL**¹⁸. O documento começa apresentando um panorama geral da presente situação mundial. Ficam logo claros seus conceitos, prioridades e recomendações, numa postura onde, de um lado, aceita, privilegia e sugere inserção na onda dominante atual e, de outro, numa atitude que demonstra consciência, também, das conseqüências perversas, lamenta e propõe, que se procure minorar estes problemas. Fica-se em dúvida, dado aos distintos graus de compromisso, quão efetivo pode ser este esforço referido por último. Vale ressaltar que esta combinação de propostas, cuja conciliação, como temos dito, não é trivial nem sempre possível, constitui o formato de muitas das seções seguintes, onde, ao lado de um corpo central indispensável da proposta, se enaltece e sugere um olhar para as questões sociais. Ainda nesta introdução, define o processo de globalização como um crescente predomínio da dimensão mundial, sobre a regional ou nacional, em relação aos movimentos econômicos, sociais e culturais, e comenta:

“Este proceso ofrece, sin duda, oportunidades. Los países de la región han entendido, con razón, que las estrategias de desarrollo deben diseñarse hoy en función de las posibilidades que ofrece y de los requisitos que exige una mayor incorporación a la economía mundial.” (CEPAL, pp. 3,4).

Ou seja, o caminho prescrito agora, o novo modelo de desenvolvimento, é o de inserção no processo de globalização. Este é o núcleo duro da proposta. Porém, ao mesmo tempo, as ressalvas. Há os riscos de instabilidade comercial e financeira, e de exclusão para países e setores não preparados para o clima de competitividade. Em parte, estes inconvenientes estariam ligados a duas distorções da globalização, reflexos de seu caráter incompleto e assimétrico. São elas, a inexistência de mobilidade do trabalho, argumento de 1949, e a ausência de governabilidade que administre aspectos financeiros e macroeconômicos globais. Ressalta, por fim, um aspecto positivo que é o da gradual generalização de idéias e valores como os direitos humanos, equidade e meio ambiente, desta vez lembrando textos do ‘Consenso de Washington’. Encerra a introdução a ratificação do compromisso da CEPAL com o desenvolvimento como processo integral. (Idem, pp. 4,5). Este hibridismo reaparece em muitas das seções seguintes. Por exemplo, no balanço da última década, preocupação com muitos problemas sociais mesclada com o compromisso com o ‘pacto fiscal’ (Idem, pp. 6/12), ao defender, com reservas, a flexibilização dos contratos de trabalho (Idem, p. 18), nas contradições entre a afirmativa da necessidade de pelo menos 6% de crescimento anual com as restrições implícitas no núcleo duro da proposta. Felizmente, há outros trabalhos na linha **Social-Democrata**, como o de **Nayyar**, muito mais avançados. O autor distingue funções que só o estado pode desempenhar, e que são não só importantes, mas, na verdade indispensáveis, para o desenvolvimento dos países da periferia, e demanda, sem meias palavras, a retomada da intervenção estatal (Nayyar, pp. 15/6 e 21/2).

Por fim, voltemo-nos a EP dos **Excluídos**. O fenômeno da formação de um excedente de força de trabalho, que Obregón registrou, passou a se distinguir, em dimensões consideráveis, mais uma vez. Desta vez a mudança no paradigma tecnológico da GT II trouxe resultados de aumento de produtividade tão notáveis que resultou em ‘Pólos Marginais’ de dimensões nunca vistas antes. Não se trata de alguns grupos urbanos ou rurais, em certos países, onde a entrada do capitalismo encontrou estruturas mais distintas de si, e mais resistentes. É o mundo todo que é afetado. Como resultado, parcelas consideráveis das populações de certos países, e mesmo grandes porções de todo um

¹⁸ As citações serão do texto ‘Síntesis’, elaborado e publicado pela Secretaria do órgão em 2000, para maior difusão.

continente, o Africano, parecem estar ficando à margem da História. A discussão das razões deste fato não está em pauta neste trabalho. Mas, devem conter, entre outras, considerações sobre a natureza das novas tecnologias e sobre o contexto político mundial atual e, também, o desconto por estarmos na Fase I da GT II. Independentemente de melhor compreensão, o fato é que as mudanças atuais levam efeitos até as mais recônditas regiões, e parece ser outra carga da artilharia, que alguém disse, capaz de derrubar as muralhas da China. Criou-se um conjunto de condições ideais para novo florescimento da EP dos Excluídos.

E foi exatamente isto que assistimos. Parcelas da população que se situavam na classe média ou na classe trabalhadora de países centrais e ou nos periféricos mais desenvolvidos, e que não conseguiram, em alguns poucos casos não quiseram, se ligar aos principais movimentos econômicos, participam de circuitos alternativos. Nestes casos, continuam operando em esquemas já anteriormente conhecidos, como o do Setor Informal, das contravenções e das operações em leve grau de ilegalidade socialmente consentida. Surgem outras propostas como a ‘**Economia Solidária**’, o ‘**Desenvolvimento Local**’ etc que, por vezes, são apenas vinho velho em garrafas novas. Toma também maior volume mecanismos criativos como o dos **LETS** (Local Exchange Trading Systems) que operam, envolvendo milhares de pessoas, em diversos continentes ¹⁹. Vale notar que todos estes esquemas estão operando em espaços já bastante permeados pela lógica capitalista onde, conscientemente ou não, a inserção é o alvo ou, pelo menos, onde o sistema dá margem para que operem. Porém, há situações diferentes.

O fenômeno atual de (re)surgimento de um enorme ‘Pólo Marginal’, também traz de volta reedições de afirmativas, típicas de Obregón, de que, devido ao enorme avanço tecnológico no setor moderno das economias, a população mais pobre e menos educada passa a ser dispensável como força de trabalho. Adicionando-se um componente típico da globalização, a abertura, que dificulta o funcionamento de segmentos de menor produtividade, menos competitivos, vemos que a situação de oferta de empregos não pode resultar generosa. Na realidade, chega a se afirmar que, mesmo como consumidores estes grupos não tem maior significado. Apesar de que, pelo menos, esta última afirmativa é obviamente disputável, não se pode negar que para parcelas da população, principalmente em países periféricos, a perspectiva de inserção parece ser remota. Tudo isto alimenta o encaminhamento para a versão mais radical da EP dos Excluídos, que busca saídas fora do sistema. E esta tem sido uma opção, na AL, que não pode deixar de ser discutida.

O que tem acontecido é que, parcelas da população, têm reagido a falta de opções, ou a ameaça aos seus esquemas atuais de sobrevivência, com um raciocínio que podemos imaginar seria: se sou dispensável para este núcleo moderno, vou me organizar, junto com outros que tem o mesmo problema, para criarmos maneiras de sobrevivermos independentemente. Esta estratégia na verdade tem certo apelo. Um grupo de cidadãos não consegue produzir bens ou serviços de forma competitiva no mercado aberto. O caminho que tem sido natural é que cessem de ser produtores, deixando de exercer atividade econômica para obter seu sustento. Mas é concebível que, dentro de uma combinação apropriada, continuem produzindo e trocando entre si, todos com produtividade menor que o mercado aberto, mas, todos obtendo algo para sobreviver, a partir de sua atividade. Na realidade esta é a lógica que, nos parece, sustenta movimentos como o dos Zapatistas. Não é de se estranhar o enorme desabrochar destas experiências em tantos locais e com tamanha expressão. Discutamos alguns elementos referentes ao movimento **Zapatista**.

¹⁹ Estas experiências de colaboração comunitária, baseadas em trocas de bens e serviços, vêm se expandindo nos últimos anos. A este respeito ver artigo de Bowring. Rifkin, também, refere-se a algo nesta linha. Como considera que, em termos de empregos, o setor privado e o governo tendem a encolher, sugere, e estimula, o crescimento do que chama de Terceiro Setor. Em boa parte este seria sustentado por recursos extraídos do setor privado pelo governo.

A principal ação se dá na região de Chiapas no México. Segundo Hellman, o estado é uma periferia da periferia, região que já era marginal para os Impérios Maia e Azteca, habitada atualmente por uma das mais pobres populações daquele país, apesar de ser muito rico em recursos naturais. (Hellman, p. 163). Ao longo do século XX registraram-se alguns importantes momentos para esta zona rural. Houve primeiro a promulgação da constituição de 1917, que resultou da Revolução Mexicana, e instituiu os 'Ejidos'. Trata-se de um esquema de propriedade comunitária da terra, mediante o qual os camponeses tinham a posse de áreas para cultivar, que podiam passar para seus filhos, porém, não tinham direito nem de vender nem de utilizar como garantia de empréstimos. Este esquema deu certa estabilidade a situação dos camponeses, permitiu sua participação na produção barata de alimentos para os trabalhadores urbanos e, conseqüentemente, na formação de salários reais baixos favoráveis aos capitalistas Mexicanos. Durante a década dos setenta houve um forte movimento desenvolvimentista que trouxe investimentos em estradas, represas, agricultura de café, pecuária, extração de petróleo etc. Isto trouxe progresso para a região, por certo tempo. O panorama da década seguinte foi bem diferente, com suas crises financeiras, queda nos preços dos bens produzidos na área e estagnação. Mas as maiores ameaças vieram nos anos noventa com a entrada do México no NAFTA. O novo programa econômico trouxe a eliminação de preços mínimos para agricultura e, ainda pior, a decisão de revogar o artigo 27 da constituição de 1917, que dava suporte aos 'Ejidos'. Os camponeses sentiram-se encurralados e sem opção além de se tornar atração turística. Organizaram-se no Exercito Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e, após uma silenciosa preparação sob o comando do subcomandante Marcos, em 01 de janeiro de 1994, tomaram o poder em sete cidades. O governo reagiu e mandou tropas para abafar a rebelião. Porém, houve um enorme clamor no país e no exterior e as escaramuças converteram-se em tentativas de negociações pacíficas para resolver o conflito. Ainda não há acordo completo e continua o domínio do EZLN na região. (Otero, Scott e Gilbreth, p.264) (Roman e Arregui, pp.128/33).

Outras razões devem pesar na explicação desta tolerância e convívio. Diferentemente da tradicional guerrilha da AL, o EZLN, uma vez tendo dominado uma certa região, considera seu momento militar agressivo encerrado. Completa seu esquema de defesa fazendo alianças com outros grupos no México e no exterior. Não pretende dominar o restante do país, não deseja tomar o poder, não tem pretensão separatista e não aceita se transformar em partido político ou governo. Quer apenas preservar as condições para prosseguir com o tradicional esquema de vida e garantir: trabalho, terra, habitação, alimentos, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz. (Cuninghame e Corona, pp. 13/6) (De Angelis, p. 30).

A motivação, o discurso e a literatura vão bem na linha de uma EP dos Excluídos, tal como enunciamos. Holloway e Peláez (p. 3), por exemplo, afirmam que os excedentes de mão de obra atuais sequer desempenham o papel do Exercito Industrial de Reserva de Marx, ecoando o pensamento de Obregón. Em face da premência dos problemas, afirmam que não há tempo ou desejo de esperar que outros os resolvam (De Angelis, p. 30). A maneira como pretendem se estruturar, do ponto de vista econômico social, não está ainda totalmente definida porque, segundo eles, a revolução em si pressupõe atualmente uma reinvenção de si própria. O que é certo é que tentam se organizar adotando uma lógica diferente da lógica do sistema dominante e diferente também das usuais fórmulas contestatórias da velha esquerda. (Holloway e Peláez, p. 15). Esta opção está muito bem expressa no seguinte trecho, onde Esteva se refere a exclusão de parte da população do estilo de vida dos bem situados na globalização e de sua reação:

"They are in fact increasingly marginalised from such a life style. Instead of frustration, rage or even desperation, an increasing number of people are reacting against the globalisation of their

marginality with localization: they are more firmly rooting themselves in their physical and cultural soils, in their commons, in the spaces that belong to them and to which they belong.” (Esteva, p. 160).

VI – EPPUR SE MUOVE.

Nesta última seção, vamos recapitular, brevemente, os objetivos do trabalho e avaliar os resultados obtidos. Estaremos assim apresentando, de outro modo, e menos repetitivamente, as conclusões que já vem sendo explicitadas ao longo do texto.

O primeiro objetivo foi registrar a oscilação na produção acadêmica referente ao tema. Naturalmente o objetivo não era numérico nem o método foi estatístico. O que desejávamos era mostrar que o impacto de acontecimentos tumultuou o panorama relevante e criou dificuldades interpretativas que ainda são muito amplas, o que é outro ponto que propusemos. Mas, as coisas começam a ficar mais claras, e já se pode saudar o retorno da sadia especulação, do debate e dos arroubos interpretativos, tão necessariamente desbravadores. Vem daí a imagem da seqüência, luzes, trevas e Neo Renascença, que utilizamos para simbolizar estes movimentos, e que, também, sugeriu o título dessa seção.

Outra utilização que demos ao texto foi a de utiliza-lo para lançar uma conjectura. A de que estaríamos na primeira fase de um novo longo ciclo, como o da ‘Grande Transformação’ de Polanyi, e que a mudança no paradigma tecnológico teria papel fundamental em sua deflagração, e nos termos de funcionamento de suas leis de movimento. É uma conjectura, e assim não oferecemos prova, admitindo que fica sujeita a acusação de ser, ainda, fruto mais de intuição ou ilação.

Tendo admitido que se trata de uma suposição, convém explicitar que fizemos uso limitado da mesma, de forma a não comprometer o conjunto dos resultados. Obviamente, não nos domina a idéia de que nada de novo há sob o Sol, e que os eventos vão se desenrolar do mesmo modo que em ciclos anteriores e, portanto, é fácil fazer previsões sobre o futuro simploriamente baseados no passado. O próprio texto registra a presença de elementos distintivos. Referimos, por exemplo, a natureza específica das atuais mudanças tecnológicas, em termos do potencial do seu alcance abrangente e de seus efeitos sobre a velocidade dos movimentos. Estas diferenças quantitativas podem ocasionar resultados inusitados. Outro aspecto a ser enfatizado é que o homem atinge um tal poder sobre a natureza, que faz com que não possa agir descuidadamente, sem graves riscos para a vida na terra. Ou seja, o ambiente tem que passar a fazer parte das discussões. De fato, o nosso posicionamento se baseia na convicção de que, se existem diferenças, e algumas estão vistas, outros elementos persistem, já que nada atuou no sentido de sua mudança. Sendo que o mais importante, para nós, o domínio da lógica do capital, continuará imprimindo as marcas de sua presença. Assim, algumas pressões e tendências importantes devem funcionar de forma assemelhada ou, pelo menos na mesma direção, e a atenção voltada para elas pode ser frutífera.

Vale ressaltar que, na verdade, foi a conjectura que sugeriu que fizéssemos este estudo, onde se compara o pensamento acerca de determinado tema, em tempos distintos, para observar o que existe de comum ou de diferente. Entretanto, independentemente de que se aceite, ou não, a conjectura, os resultados que encontramos nesta busca, em nossa opinião, foram de tipo e quantidade satisfatórios. Além de alguns pontos de identidade que registramos no correr do texto, não devem ter passado despercebido dos leitores atentos, muitos outros elementos de semelhança, sejam conceitos, ou formas de raciocinar e argumentar. Esta recorrência reforça o entendimento de que há elementos cíclicos em operação e que o resgate dessas contribuições pode permitir um avanço mais rápido nas novas discussões. Para desenvolver este exercício, experimentamos uma abordagem de acompanhamento do debate a partir de diversos pontos de partida ideológicos, com o objetivo de

tornar a exposição, pelo menos, mais objetiva, evitando parte dos problemas semânticos. Ainda na montagem desta metodologia tomamos a liberdade de conceber e formular o que seria, a nosso ver, o, ou melhor, os pontos de vista de um amplo grupo, o dos excluídos, que não podia deixar de ser incluído, pelo menos nesse debate.

Por fim queremos fazer brevíssimos comentários sobre os posicionamentos das EPs. Em relação aos adeptos do **Liberalismo** não há muito a dizer. Estão onde sempre estiveram, apresentando uma fé inabalável em que, tudo continuando como vai, termina melhorando.

A **Esquerda**, em suas contribuições recentes, representada pelos **Terceiromundistas**, tem prestado um inestimável serviço de denunciar a ação insensível e potencialmente suicida, do capital. Suas listagens de fatos e periodizações são aceitáveis, como representando um bom retrato de parte da realidade. Porém, ainda não dispõem de um modelo que trate melhor a questão da heterogeneidade do Terceiro Mundo, e permita a visualização de caminhos diferenciados. Parece ainda presa a contradição Frankiana de subdesenvolvimento ou revolução que, nos parece, mostrou-se incapaz de analisar a realidade desde a década dos 80. Ali a escuridão ainda é grande. Seria alvissareira a volta a cena da velha esquerda, muda há bastante tempo.

Muita falta, também, está fazendo a contribuição **CEPALINA**, como a dos bons tempos, para a EP dos **Social-Democratas**. Já é tempo de parar de dar precedência a estabilização monetária e a reestruturação do estado e passar a dar espaço privilegiado ao planejamento de longo prazo. É preciso sim responder a pergunta: Qual será a ISI de hoje?.

Os **Excluídos** estão tendo seu melhor momento desde o tempo do Populismo Russo. É indiscutivelmente justo o esforço que fazem pela sobrevivência, e merecem apoio. O que preocupa, porém, até pelas decepções a que pode conduzir, é o excessivo entusiasmo com que se avalia, de fora, a ação Zapatista, e as expectativas da mesma como um novo modelo. É excesso de ingenuidade imaginar que se pode transformar uma experiência paroquial em uma solução global. Hellman alerta para estes perigos e para determinados aspectos, que tem sido pouco discutidos, e que são pontos de fragilidade (Hellman, pp. 166/74). Por fim, vale lembrar que muitas foram as tentativas de se desenvolver experiências operando fora da lógica do sistema, porém, dentro de envoltórios capitalistas, cujos resultados não foram muito animadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMIN, S. (2000) 'The Political Economy of the Twentieth Century'. Monthly Review, Vol. 52, Nº 2.
- BIELSCHOWSKY, R. (2000) 'Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL – Uma Resenha.' Em BIELSCHOWSKY, R. (Org) Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL. Editora Record, R. J.
- BOWRING, Finn (1998) 'LETS: An Eco-Socialist Initiative ?' New Left Review, Nº 232.
- DE ANGELIS, Massimo (2000) 'Globalization, New Internationalism and the Zapatistas.' Capital & Class 70.
- BAER, Werner (1977) 'The Economics of Prebisch and ECLA.' Em Problems In Economic Development. NISBET, Charles T. The Free Press, New York.
- BARAN, Paul A. (1978) The Political Economy of Growth. Penguin Books, Middlesex.
- CANO, Wilson (1999) Soberania e Política Econômica na América Latina. Editora UNESP, S. P.
- CARTER, Aidan Forster (1976) 'From Rostow to Gunder Frank: Conflicting Paradigms in the Analysis of Underdevelopment.' Em World Development Vol. 4 Nº 9/10.
- CEPAL (2000) Equidad, Desarrollo y Ciudadanía. (Síntesis) United Nations, New York.
- CHENERY, Hollis et alii (1974) Redistribution With Growth. Oxford University Press, Oxford.

- CUNINGHAME, Patrick e CORONA, Carolina Ballesteros (1998) 'A Rainbow at Midnight: Zapatist and Autonomy.' *Capital & Class* 66, Autumn.
- EPSTEIN, B. (2001) 'What Happened to the Women's Movement.' *Monthly Review*, Vol. 53, Nº 1.
- ESTEVA, Gustavo (1999) 'The Zapatistas and People's Power.' *Capital & Class* 68, Summer.
- FRANK, Andre G. (1974) Lumpenbourgeoisie: Lumpendevlopment. Monthly Review Press, Londres.
- HELLMAN, J. A. (2000) 'Real and Virtual Chiapas: Magic Realism and the Left' *Socialist Register*, Londres.
- HOLLOWAY, J. e PELÁEZ E. (1998) Zapatista! Reinventing Revolution in Mexico. Pluto Press, Londres.
- KATZ, Fred (1984) The Informal Sector and Debate On Underdevelopment: the Case of Brazil. Tese de doutorado Universidade de Londres.
- KIELY, Ray (1995) 'Marxism, Post-Marxism and Development Fetishism' *Capital & Class* 55, Spring.
- _____ (1998) 'Neo liberalism revised? A critical account of World Bank concepts of good governance and market friendly intervention' *Capital & Class* 64, Spring.
- LESSA, Carlos e EARP, Fabio Sá (1999) 'O Insustentável Abandono do Longo Prazo.' Em MAGALHÃES, João Paulo de et alii (Orgs) Vinte Anos de Política Econômica. Contraponto, R. J.
- MALAN, Pedro (1999) 'Brasil: Três Finais de Décadas.' Em MAGALHÃES, João Paulo de, et alii (Orgs) Vinte Anos de Política Econômica. Contraponto, Rio de Janeiro.
- MANTEGA, Guido (1984) A Economia Política Brasileira. Polis/Vozes, São Paulo.
- NAYYAR, Deepak (2000) Globalization and Development Strategies. UNCTAD, New York.
- OBREGÓN, Anibal Q. (1980) 'The Marginal Pole of the Economy and the Marginalized Labour Force.' Em WOLPE, Harold (Eds) The Articulation of Modes of Production. Routledge & Kegan Paul, Londres.
- OTERO, Gerardo, SCOTT, Steffanie e GILBRETH, Chris (1997) 'New Technologies, Neoliberalism and Social Polarization in Mexico's Agriculture.' Em DAVIS, Jim, HIRSCHL, Thomas A., e STACK, Michael (Eds) Cutting Edge. Verso, Londres.
- PETRAS, J. e VELTMEYER, H. (1999) 'Latin America at the end of the Millenium' *Monthly Rev.*, Vol. 51, Nº 3.
- POLANYI, Karl (1992) La gran transformación. Fondo de Cultura Económica, México D. F.
- PREBISCH, Raul (1949) 'O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas.' *Revista Brasileira de Economia*, 3º volume.
- RIFKIN, Jeremy (1996) The End Of Work. G.P. Putnam's Sons, New York.
- ROBERTS, Bryan (1978) Cities of Peasants. Edward Arnold, Londres.
- ROMAN, Richard e ARREGUI, Edur V. (1998) 'Worker Insurgency, Rural Revolt, and the crisis of the Mexican Regime' Em WOOD, Ellen Meiksin et alii (Eds) Rising From The Ashes ? Monthly Review Press, New York.
- ROSTOW, W. W. (1964) Etapas do Desenvolvimento Econômico. Zahar Editores, R. Janeiro.
- TAVERNIER, Berenguer (2000) 'After Stiglitz' *Left Business Observer*, nº 93, Fevereiro.
- WARREN, Bill (1980) Imperialism: Pioneer of Capitalism. NLB e Verso Editions, Londres.
- WALLERSTEIN, I. (1998) 'The Bourgeois(ie) as Concept and Reality' *New Left Review*, Nº 167.